ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

SEÇÃO TEMÁTICA

GEOGRAFIAS NEGRAS



REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 38 (2023)

ANPEGE 30 ANOS

DOI: 10.5418/ra2023.v19i38.15733

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

O MÊS DE JULHO DAS MULHERES NEGRAS: AÇÕES VIRTUAIS DO GT DE RELAÇÕES RACIAIS E INTERSECCIONALIDADES DA AGB-NITERÓI

El Mes de las Mujeres Negras de Julio: Acciones Virtuales del GT Relaciones Raciales e Interseccionalidad AGB-Niterói

The Black Women's Month of July: Virtual Actions by the AGB-Niterói Race Relations and Intersectionality WG

MONIQUE BARROZO
Universidade Federal Fluminense (UFF)

RACHEL CABRAL DA SILVA
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

ANA BEATRIZ DA SILVA
Universidade Federal Fluminense (UFF)

30 a ANPEGE ANOS

Resumo: Este trabalho apresenta uma pesquisa com o foco para o ensino de geografia antirracista, capaz de provocar outros raciocínios geográficos espaciais em relação os conceitos geográficos e as identidades étnico-raciais e de gênero no campo da educação para luta do antirracismo. Tal proposta foi realizada em período de isolamento social da pandemia Covid 19, e publicada em rede social com perfil institucional, sobre o dia 25 de julho, o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha. O objetivo foi evidenciar algumas mulheres negras que como personalidades importantes a respeito das suas lutas de resistência, trajetórias que se transformaram referências cada uma na sua esfera de atuação, na busca pela emancipação da população negra, na superação do racismo, machismo e opressões da sociedade patriarcal brasileira. Para isso, o material empírico pesquisado foi as imagens (fotos) de mulheres negras; personalidades históricas que tiveram papéis fundamentais para libertação de grupos escravizados desde o processo de colonização e até os dias atuai, elaborados através do aplicativo Canva e postado no Instagram oficial da AGB-Niterói, no mês de vigente da comemoração do Julho das Pretas, daquele ano. Observamos, assim, que mais do que promover a reflexão sobre a educação antirracista no ensino da geografia, pudemos dar visibilidade a outras, narrativas e imagens de personagens negras femininas que fizeram e fazem a diferença no tempo-espaço do nosso país, colocando em pauta outras geografias no campo da educação e da nossa sociedade.

Palavras-chave: Mulheres Negras, 25 de Julho, Ensino de Geografia, Educação Antirracista.

Resumen: Este trabajo presenta una investigación realizada con foco en la enseñanza de una geografía antirracista, capaz de suscitar otros razonamientos geográficos espaciales en relación a conceptos geográficos e identidades étnico-raciales y de género en el campo de la educación para la lucha contra el racismo. Esta propuesta se realizó en un período de aislamiento social producto de la pandemia del Covid 19, y se publicó en una red social con perfil institucional, el 25 de julio, Día Internacional de la Mujer Negra, Latinoamericana y Caribeña. Nuestro objetivo fue acercar a algunas mujeres negras que vemos como personalidades importantes en cuanto a sus luchas de resistencia y trayectorias que se han convertido en referentes, cada una en su ámbito de acción, en la búsqueda de la emancipación de la población negra, en la superación del racismo, el machismo y opresión de la sociedad patriarcal brasileña. Para ello, el material empírico investigado fueron imágenes (fotos) de mujeres negras; personalidades históricas que jugaron papeles clave en la liberación de los grupos esclavizados; desde el proceso de colonización hasta nuestros días a través de la aplicación Canvas y publicadas en Instagram, oficial de la AGB. -Niterói en el mes en curso de la celebración de Julio de las Pretas de ese año. Observamos así que, más que promover la reflexión sobre la educación antirracista en la enseñanza de la geografía, logramos visibilizar a otros, narrativas e imágenes de personajes femeninos negros que marcaron y marcan la diferencia en el tiempo-espacio de nuestro país, poniendo otras geografías en el campo de la educación y de nuestra sociedad.

Palabras-clave: Palabras clave: Mujeres negras, 25 de julio, Enseñanza de la geografía, Educación antirracista.

Abstract: This work presents a research carried out with a focus on teaching an anti-racist geography, capable of provoking other spatial geographic reasoning in relation to geographic concepts and ethnic-racial and gender identities in the field of education for the fight against

racism. This proposal was carried out in a period of social isolation resulting from the Covid 19 pandemic, and published on a social network with an institutional profile, on July 25, the International Day of Black, Latin American and Caribbean Women. Our objective was to bring some black women that we see as important personalities regarding their resistance struggles and trajectories that have become references, each one in their sphere of action, in the search for the emancipation of the black population, in overcoming racism, machismo and oppression of the Brazilian patriarchal society. For this, the empirical material researched were images (photos) of black women; historical personalities who played key roles in the liberation of enslaved groups; from the colonization process to the present day through the Canvas application and posted on Instagram, official of the AGB-Niterói in the current month of the celebration of July of the Pretas of that year. We thus observe that, more than promoting reflection on anti-racist education in the teaching of geography, we were able to bring visibility to others, narratives and images of black female characters who made and still make a difference in the time-space of our country, putting other geographies in the field of education and our society.

Keywords: Black Women, 25th of July, Teaching Geography, Anti-racist Education.

INTRODUÇÃO

Esta data foi instituída para dar visibilidade à luta das mulheres negras na região, a partir do primeiro Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas ocorrido em 1992, em Santo Domingo, na República Dominicana. O evento, que reuniu mais de 300 representantes de 32 países entre eles Brasil, Jamaica, Argentina, Costa Rica e Uruguai, para denunciar opressões e debater soluções na luta contra o racismo e o sexismo.

Ressaltamos ainda, que durante todo o mês de Julho é voltado para a realização de divulgação de dados e pesquisas sobre a situação das condições de vida de mulheres negras no Brasil e em todo continente e Caribe, sendo portanto este mês chamado de *Julho das Pretas*[1]. Considerando a situação de vulnerabilidade no qual estão expostas, estes dados auxiliam os governos e toda a sociedade na promoção de políticas públicas para essas mulheres.

No Brasil, desde 2014 através de um projeto da ex-senadora Serys Slhessarenko[2], virou lei, e o 25 de julho é também o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra – em referência à líder do quilombo do Quariterê, no atual estado de Mato Grosso, lugar de resistência de negras e negros e indígenas até sua destruição, em 1770. Mulheres

1 O Julho das Pretas é uma ação de incidência política e agenda conjunta e propositiva com organizações e movimento de mulheres negras do Brasil, voltada para o fortalecimento da ação política coletiva e autônoma das mulheres negras nas diversas esferas da sociedade. A ação foi criada em 2013, pelo Odara – Instituto da Mulher Negra, e celebra o 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Afro Latina Americana e Caribenha.

2 Serys Marly Slhessarenko GOMM é uma professora, advogada, pedagoga e política brasileira filiada ao Republicanos. Foi senadora e deputada federal pelo Mato Grosso. Senadora da República Federativa do Brasil (2003–2011).

líderes de comunidades e grupos negros, de quilombos, de candomblés em diversas vilas e cidades, presentes em todo o território brasileiro. Articulavam-se, criavam estratégias na busca pela plena emancipação e fim do racismo naquele período. Mulheres, que tiveram um papel fundamental para a libertação de grupos incontáveis de escravizados, a partir de criação de lideranças femininas e articulação política no combate a colonização.

Este movimento de criação de redes e articulação de grupos de mulheres negras é um legado que até os dias atuais se faz presente. É sabido, que há uma ampla rede de mulheres negras que se articulam não apenas em território nacional, mas também com outras redes espalhadas pelo mundo, fator que nos permite salientar a importância deste tema, mesmo na atualidade.

A partir da busca de construção de materiais antirracistas que pudessem também contribuir para o ensino, um grupo de mulheres do Grupo de Trabalho (GT) de Relações Raciais e Interseccionalidades da Associação Geógrafos Brasileiros – (AGB) seção local Niterói[3], GT fundado em 4 de abril de 2019, assim como, a AGB ao longo de sua trajetória tem construído uma Geografia combativa e ativa, o GT seguindo a mesma cartilha se propôs a honrar o legado e a memória das mulheres negras brasileiras por meio da produção e divulgação de conteúdos associados com suas lutas de resistência, cada uma em seu espaço e tempo, com publicações destes conteúdos a cada dia do mês de Julho do ano de 2020. O material divulgado teve uma linguagem mais acessível a diferentes grupos sociais e faixas etárias, alguns termos científicos foram substituídos por outros para que abrangessem o maior quantitativo de pessoas, como uma forma de informar o fazer político de Mulheres Negras, como um instrumento para possibilitar a visibilidade da materialidade das ações/lutas antirracistas, no processo de produção de novos espaços, não apenas gerados pelas interdições socioespaciais provocadas pelo racismo e sexismo, mas pela perspectiva e agência de ser mulher negra, reposicionando-a no centro neste mundo antinegro.

Ao trazer as trajetórias de lutas antirracistas e experiências espaciais destas mulheres, como elas (re)conhecem a sua posição neste mundo, se posicionam e como tomam decisão neste mundo, e assim participam da reconstrução do mesmo (Santos, 2007;2009), permite colaborar com a (re)construção da própria Geografia, trazendo outras Geo-grafias e/ou (re)construindo as Geografias Negras (Guimarães, 2020, p. 309). Neste sentido, refletimos que, organizar e inserir os conteúdos sobre as movimentações das mulheres negras e as suas respectivas ações políticas, são também uma possibilidade didática da aplicação da Lei 10.639/03[4] dentro da Geografia.

> inserir a temática pode ser entendida como inserir o negro na sociedade brasileira para além da marginalização incutida no imaginário social, é rememorar que negras e negros sempre lutaram para transformar as estruturas socioeconômicas e culturais na sociedade brasileira,

3 Perfil no Instagram: @agbniteroi, todos os conteúdos de todos os GTs da seção local são divulgados neste perfil institucional.

4 Lei 10.639/2003– Tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas brasileiras e está completando 20 anos de existência e resistência.

> por intermédio das lutas por justiça social, por igualdade de acesso às oportunidades e por liberdade. (Silva e Silva, 2022, p. 60).

Santos (2006), sinaliza que as geograficidades inscritas no corpo, ou os marcadores sociais, também conformam lugares, momentos, contextos de interação, ou seja, os movimentos dos corpos, sobretudo das mulheres negras que agregam duplos marcadores são complexos e marcados por padrões espaço-temporais fluidos. (p.74-75). Então ao pensar a

> Geografia partindo da perspectiva crítica à colonialidade, sendo subversiva a subjugação colonial branca sobre a concepção do corpo negro, narra uma história de exclusão, ao mesmo tempo que enuncia caminhos de reconhecimento de humanidades, reconhece a corporeidade negra como *lócus* de afrografias, de espaço de produção e inscrição de conhecimento de vária ordens e de natureza. (Silva e Abranches Junior, 2020, p.6).

Diante disso, trazemos as postagens do perfil @agbniterói criadas pelo GT, que gerou conteúdos de militância voltada para a temática étnico-racial na geografia e, inspiradas no livro de Jarid Arraes *Heroínas Negras em 15 cordéis* (2017), realizamos levantamentos sobre outras mulheres além das que estão presentes no livro. Chegamos a uma lista de 55 personalidades de mulheres negras brasileiras que, desde os tempos da escravização são guerreiras que lutam pela própria vida e de sua comunidade, pela manutenção da memória, dos valores e de seu arcabouço de saberes.

O SISTEMA PATRIARCAL E AS MULHERES NEGRAS

Pensar as relações entre homens e mulheres, é pensar o tempo e o espaço nos quais estas relações foram construídas, uma vez que, atribuir gênero enquanto categoria se ganha uma possibilidade de explicação da produção socioespacial observando racialmente. E, mais ainda, pensar nas diferentes formas de resistências dos grupos historicamente oprimidos, o que conduz analisar a resistência como um ato político de questionamento desse padrão social que hierarquiza e naturaliza as diferenças transformando as desigualdades em supostamente naturais (Gomes, 2005, p.49).

Desta forma, a “política de identidade” ganha sentido nesse contexto, pois, como diz Tomaz T. Silva (1998), é por meio dela que “os grupos subordinados contestam precisamente a normalidade e a hegemonia” das identidades tidas como “normais”. (Louro, 2013, p.16).

É inadmissível, pensar a sociedade brasileira e todas as sociedades no mundo classificando em dimensões inferiores, subalternas e excludentes a mulher negra. Sua importância em todos os seguimentos sociais, políticos, de produção de conhecimento, de saber, de organização, de culturas singulares. Essa classificação se torna uma exclusão estruturante legal/institucional e subjetivamente forte na sociedade racista, machista e sexista brasileira. De acordo com Sueli Carneiro (2011)

> No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação

> daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas conseqüências. Essa violência sexual colonial é, também, o "cimento" de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como "a grande teoria do esperma em nossa formação nacional", através da qual, segundo Gilliam: "O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance". (Carneiro, 2011, p.1).

Observamos, que os mecanismos e estratégias de dominação e controle para com as mulheres negras ganham uma força a partir da relação interseccional da raça, gênero, classe e orientação sexual entre outros marcadores de desigualdades. Entra em vigor uma separação entre mente e corpo, o corpo é construído de acordo com a cor que determinará qual espaço este corpo deverá ocupar, qual será o espaço de trajetória desse corpo. Faz-se necessário um exercício de sair da estrutura lógica do centro, ou seja, do modelo patriarcal que define o que é a mulher e particularmente o que é a mulher negra. A classificação envolve um conjunto de símbolos e formas mais complexas que vão influenciar na definição de uma identidade racial.

A sociedade transforma-se assim, em uma arena de disputas, em que os movimentos e grupos sociais elaboram diferentes formas de articulação de enfrentamento aos estigmas difundidos a cerca da população negra e das mulheres negras

> a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. (Carneiro, 2011, p. 1).

A insurgência do movimento feminista, movimento social e político que desde o século XIX, vem lutando com o objetivo de conquistar o acesso aos direitos iguais entre homens e mulheres, busca romper com os comportamentos e narrativas machistas que tendem a colocar o homem numa posição de superioridade em relação à mulher. Partindo dos ideais deste movimento, o importante aqui, é salientar que todas as lutas das mulheres têm um valor importantíssimo no que tange tensionar as formas de ordenamento e estigmatizações do universo feminino em todas as esferas sociais e políticas das sociedades modernas.

> As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada, que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta, da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (Carneiro, 2011, p.1).

Podemos vir a ter a seguinte reflexão: existem diferenças dentro do movimento de mulheres feministas. Tal movimento, segundo críticas de ativistas históricas do movimento de mulheres negras, consideravam as mulheres negras como "sujeitos implícitos" (Rodrigues, 2010, p. 449), na luta social e política, não só o movimento feminista, como também o movimento negro em relação as diferenças entre homens e mulheres eram desconsideradas (Bairros, 1995; Carneiro, 2003; Ribeiro, 1995).

Em compreensão, as pautas de disputas do feminismo branco não são as mesmas ou não atendem as necessidades de agendas do movimento de mulheres negras. Ou seja, o feminismo branco, tenta ofuscar e legitimar algumas lutas e práticas que o feminismo negro não concorda. As mulheres brancas tentam tomar partido de experiências que não viveram para defender a mulher, mas esquecem ou anulam todo o significado e estereótipo que foi dado ao corpo da mulher negra.

Quando falamos em luta por direitos das mulheres, sem levar em consideração a questão racial estamos reproduzindo o discurso que atravessa gerações na sociedade, reproduzimos talvez de forma até inconsciente, a invisibilidade e a não existência da mulher negra. Torna-se extremamente necessário compreender essa diferenciação, que tem em seu corpo uma relação de rompimento com a lógica machista, mas que ao mesmo tempo reproduz concepções eurocêntricas, o que torna a luta do feminismo negro um constante ato de resistência

> Porém, em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A conseqüência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade (Carneiro, 2003, p.118).

As diferentes formas de dominação, opressão e não-existência, também se encontram presentes nas discussões feministas. É importante, lembrar sobre os processos de classificação e hierarquização que organizaram as sociedades e assim transformaram estigmas espaciais sobre determinados grupos. Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (Carneiro, 2003).

Observamos, assim, o quanto os processos de hierarquização implicam na trajetória e em todos os âmbitos sócio espaciais das mulheres negras, e aqui também incluo as mulheres indígenas, que sofrem das mesmas mazelas de produção de estigmas e invisibilizações que as mulheres negras. É de suma importância que o/a educador/a se esforce em fazer um exercício constante de desmistificação sobre aquilo que é a realidade e o que se apresenta nos materiais educacionais.

A diferenciação entre as mulheres nas pautas de disputas não deve anular a discussão do que de fato, leva a essa diferenciação, tanto no discurso quanto na prática. Tendo em vista que, os setores de promoção da vida e bem estar, ou seja, o Estado estruturalmente falando, não pode ser isento desta discussão, uma vez que as falhas nas

ações de políticas públicas para com a população negra é um fato histórico e ainda corriqueiro na sociedade brasileira.

Esta ineficiência do Estado produziu e produz uma subordinação e naturalização da subordinação para com os grupos marginalizados. As diferentes e inúmeras formas de produção da discriminação através da classe, gênero, orientação sexual e raça proporcionam uma discriminação interseccional. A respeito disso, temos em Crenshaw (2002)

> A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível. O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres na posição de 'receber' tal subordinação permanece obscurecida. Como resultado, a discriminação em questão poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo). Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação. (Crenshaw, 2002, p. 176).

Sendo assim, a interseccionalidade perpassa todas as estruturas e eixos da sociedade no qual os indivíduos estão inseridos, mas para cada individuo a depender do grupo ao que pertence, ou seja, através da sua classe, sua raça e seu gênero, viverá ou transitará nessas estruturas, terá uma visão do tempo-espaço de forma diferenciada

> A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p. 177).

Portanto, o feminismo como forma legítima de lutas das mulheres, que vem se consolidando ao longo da história é de um grau elevadíssimo para se atentar nas particularidades dos grupos no qual a mulher ou, melhor dizendo, está inserida e repensar práticas de atuação.

Ao reproduzirem as narrativas do patriarcado, ao discutirem pautas na qual as feministas negras já vinham dialogando tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, desde a década de 70, como podemos observar nas agendas elaboradas pela grande intelectual brasileira Lélia González e da renomada intelectual norte-americana Ângela Davis, nas quais ambas lançam "um desafio transformador", ou seja, desenvolver "um projeto

Revista da Anpege | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

de transformação social" no qual estariam os três níveis de desigualdades: "classe, gênero e raça" (Barreto, 2005, p. 59 *apud* Viana, 2010, p. 60).

As preocupações e elucidações a respeito do movimento de mulheres brasileiras são pontos cruciais na trajetória da Lélia González, que também teve muitas implicações não só na sociedade, mas principalmente dentro do próprio movimento negro, ao levantar a importância que tem de todo o movimento (homens e mulheres) discutir pautas relacionadas as mulheres negras

> De acordo com González, as concepções do feminismo brasileiro: padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constituísse em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo. (Carneiro, 2003, p. 120).

Dar voz e importância às especificidades das necessidades das mulheres negras dentro dos movimentos, é repensar e elaborar diferentes formas de articulação que busque romper com a narrativa de totalidade na qual perpassa o movimento feminista, é buscar formas de romper (ou ao menos tentar) com os processos de cristalização das identidades e rótulos que foram criados para com as mulheres negras brasileiras.

> A compreensão e sensibilidade para com a história específica das mulheres negras nem sempre ocuparam a atenção do movimento negro de um modo geral e nem do movimento feminista. Isso levou as mulheres negras a questionarem a ausência da discussão do gênero articulada com a questão racial dentro do movimento feminista e do movimento negro e a criarem uma luta específica. É assim que começa a se organizar o movimento de mulheres negras que, hoje, conta com vários tipos de entidades, em diferentes lugares do Brasil, com tendências, concepções políticas e atuações variadas. (Carneiro, 2003, p. 133).

A expansão e consolidação do feminismo vêm criando formas de pensar este movimento, enquanto de fato, um movimento de resistência ao racismo e todas as demais formas de opressão, ou simplesmente, mais um veículo de dominação de saberes e práticas sobre as mulheres negras. Desse modo, o Movimento de Mulheres Negras, ganhar força e visibilidade, por meio de novas práxis, que não só enfrentam a desigualdade, mas também, o reconhecimento das diferenças (Silva, 2018, p.78).

Sendo assim, é de extrema importância, que os tantos coletivos de mulheres negras espalhados nas escolas, comunidades e nas universidades do país, se articulem e criem estratégias que visem romper com a lógica de dominação existe dentro do movimento de mulheres, para que este não seja mais instrumento que atenda aos interesses da branquitude. O falar, não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir.

Pensamos em lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. (Ribeiro, 2017, p. 64).

MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS: RESISTÊNCIAS, MEMÓRIAS E LEGADO

Conforme dito anteriormente, fizemos buscas para que pudéssemos todos os dias do mês de Julho do ano de 2020, trazer uma personalidade feminina negra. Encontramos, muito mais mulheres do que imaginávamos e além da quantidade de dias do mês (que é de 31 dias).

Chegamos a um total de 56 mulheres, desde o século XVI, até o tempo presente, de diferentes áreas de atuação, mulheres líderes quilombolas, das religiões de matrizes africanas, sambistas, deputadas, historiadoras, escritoras, médicas, cantoras, atletas, artistas, professoras, filósofas, atrizes, advogadas, ativistas, geógrafa, dentre outros tantos dons.

Todo o trabalho, desenvolveu-se em conjunto, porém de forma remota[5] devido o isolamento/distanciamento social, medida adotada pelas organizações sanitárias devido à pandemia. Cada uma das pessoas comprometidas com a pesquisa, realizou levantamento bibliográfico, buscas por referências em livros e sites, a fim de que contemplasse a biografia da personalidade que deveriam ser postadas no dia. Utilizamos o aplicativo *Canva*[6] para criar *layout* e inserindo imagem e conteúdo para serem postados no *Instagram*[7] oficial da AGB-Niterói todos os dias, concluindo no dia 25/07.

Buscamos fazer uma certa cronologia entre as postagens. Desta forma, demos início as postagens com Aqualtune, seguido por Dandara e Luisa Mahin. No dia 14/07, realizamos uma postagem prestando nossa homenagem Marielle Franco[8], mulher negra, foi a vereadora mais votada nas eleições de 2016, porém, foi brutalmente assassinada no Rio de Janeiro em 14 de março de 2018. Marielle Franco, foi coordenadora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos presidente da comissão da Mulher e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e construí e participou de diversos coletivos e

5 Vivemos desde março de 2020, a manifestação de um vírus nomeado SARS-CoV-2 (do inglês Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2) em que promoveu a morte de mais de 665 mil brasileiros até marçode 2022. E uma mudança brusca nas relações entre as pessoas e as instituições, obrigando o uso de máscara, distanciamento social e uma promoção de vacinação que foi mal organizada pelo governo do Jair Bolsonaro, presidente do país no momento da calamidade mundial.

6 O Canva é um editor gráfico gratuito que permite criar artes de forma fácil, usando modelos prontos ou criando os próprios layouts. O serviço é útil para criar posts para redes sociais ou para sites, cartões para impressão, materiais gráficos como cartazes, folderes, currículos, entre várias outras opções. Fonte: https://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/canva.html.Acesso em: 28 fev. 2022.

7 Rede social também muito utilizada para divulgação de conteúdos de maneira prática, com imagens e textos diretos. O Instagram da AGB – Seção Local Niterói pode ser acessado em https://www.instagram.com/agbniteroi/. Acesso em: 28 fev. 2022.

8 Marielle Franco era mulher preta, favelada, bissexual, mãe, socióloga com mestrado em administração pública e se elegeu vereadora da cidade do Rio de janeiro em 2016 com mais de 46 mil votos pelo Partido Socialismo e Liberdade, e foi a 5 º vereadora mais votada da cidade.

movimentos feministas, negros e de favelas. Ficou no cargo de vereadora por 1 ano,2 meses e 14 dias.

A postagem do dia 25 de julho de 2020 foi reservada à querida Professora Doutora Cátia Antônia da Silva. Geógrafa de ancestrais africanos escravizados, Cátia Antônia começa sua trajetória acadêmica na escola, formando-se em geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1987. Sendo uma das primeiras mulheres negras na geografia a conquistar o título de doutora no ano de 2002, e desde 2016, vem atuando na Pró-Reitoria de Políticas e Assistência Estudantis – PR4 – na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Ao longo das pesquisas, nos deparamos com histórias e memórias, e, de certo modo, pudemos experienciar um pouco do quanto quase todas essas mulheres vivenciaram as marcas e memórias dos processos racistas e machistas que invisibilizaram seus legados, mas tivemos o como compromisso político e educacional em honrar as suas humanidades, apresentar as produções intelectuais, ações políticas como cidadãs e de resistência ao cenário de violências que sofreram de todas as formas de negligências. Vidas diversas, ceifadas devido ao machismo, à misoginia, à homofobia, conflitos políticos, e ao racismo institucional, socialmente construído com base no processo histórico das relações sociais e de poder, colonial/moderno, eurocentrado e patriarcal.

O racismo instituído provocando sofrimentos em artistas e cantoras e atrizes, ficando estigmatizadas em papéis de inferioridades de atuação, no caso da música, as mulheres negras cantoras sofriam com o machismo principalmente do samba, e em alguns casos, taxadas de “problemáticas que destruíam a vida dos parceiros.”, como foi a narrativa construída a respeito da grande cantora Elza Soares, negando qualquer forma de existência de sua personalidade. Quanto mais a rotulavam, mais ela se reinventava, na profissão e na vida.

Nossa intenção era apresentar que, mesmo diante de uma sociedade que insiste em nos deixar nas margens, somos presença central em distintas e infinitos setores que cercam a nossa vida. Gostaríamos de ter realizado a postagem de cada uma dessas mulheres, entretanto, algumas não tem registros de imagens, ou fontes seguras para referência bibliográfica.

Encerramos, portanto, com esta reflexão/questionamento: por que não tem dados, informações, e até mesmo um banco de dados com imagens com boa resolução?

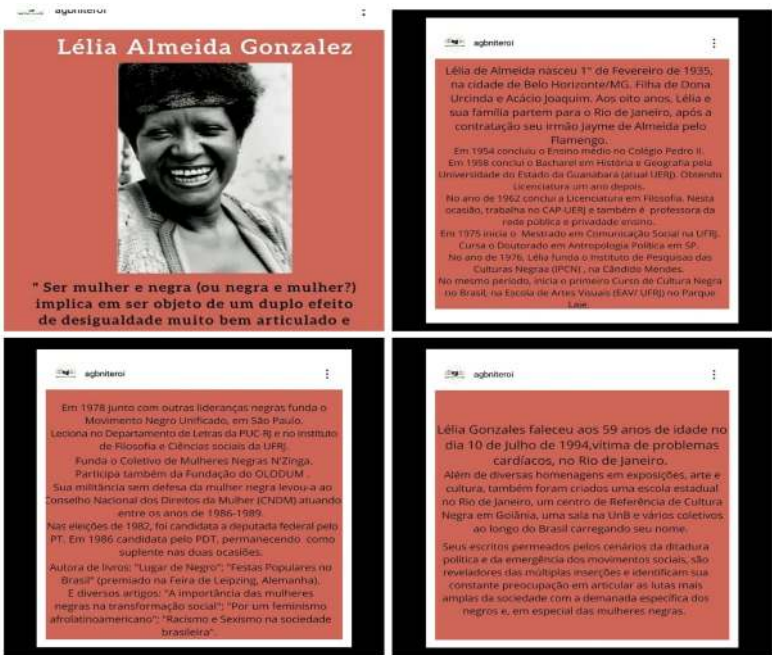
Segue abaixo a listagem de mulheres negras:

1 – Acotirene
2 – Adelina, A Charuteira
3 – Antonieta de Barros
4 – Aqualtune
5 – Benedita da Silva
6 – Cátia Antônia da Silva
7 – Carolina Maria de Jesus
8 – Carmem Costa
9 – Chica Xavier
10 – Clementina de Jesus
11 – Daiane dos Santos
12 – Dandara
13 – Dona Ivone Lara
14 – Elisa Lucinda
15– Elza Soares
16 – Esperança Garcia
17 – Eva Maria Bonsucesso
18 – Felipa Maria Aranha
19 – Janete dos Santos Arcain
20 – Jovelina Pérola Negra
21 – Jurema Werneck
22 – Laudelina Campos
23 – Lea Garcia
24 – Leci Brandão
25 – Lélia Gonzáles
26 – Lucia Xavier
27 – Luciene Lacerda
28 – Luisa Mahin
29 – Luiza Helena Bairros
30 – Margareth Menezes
31 – Maria Beatriz Nascimento
32 – Maria da Conceição Evaristo de Brito
33 – Maria Felipa
34 – Maria Firmina dos Reis
35 – Mariana Crioula
36 – Marielle Franco
37 – Mãe Agripina
38 – Mãe Aninha
39 – Mãe Beata
40 – Mãe Menininha
41 – Mãe Senhora
42 – Mãe Stella
43 – Mercedes Baptista
44 – Na Agontimé
45 – Preta Tia Simoa
46 – Rainha Tereza do Carité
47 – Ruth de Sousa
48 – Sueli Carneiro
49 – Tereza de Benguela
50 – Tia Ciata
51 – Vilma Piedade
52 – Virgínia Bicudo
53 – Xica da Silva
54 – Zacimba Gaba
55 – Zeferina
56 – Zezé Motta

Fonte: Barrozo, Silva, Silva & Ferreira.

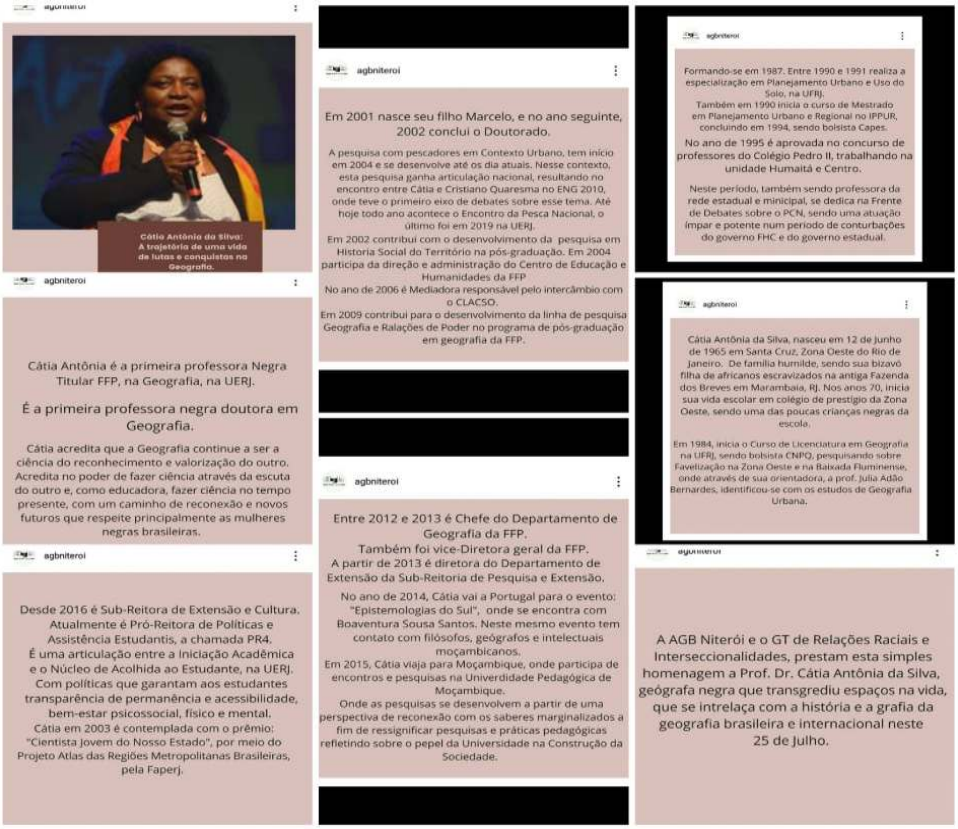
ALGUMAS POSTAGENS DAS MULHERES NEGRAS AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO

Figura 1 – Lélia Gonzalez. Conteúdo postado em 20 de julho de 2020



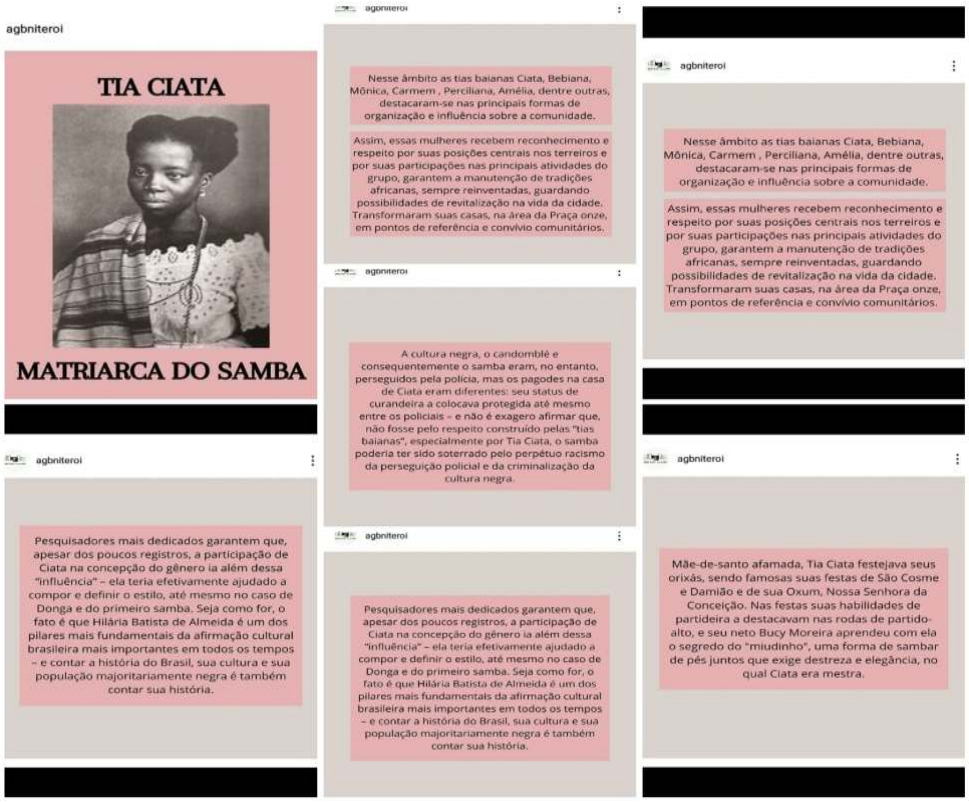
Fonte: @agbniteroi,2020.

Figura 2 – Cátia Antônia da Silva. Conteúdo postado em 25 de julho de 2020



Fonte: @agbniteroi, 2020.

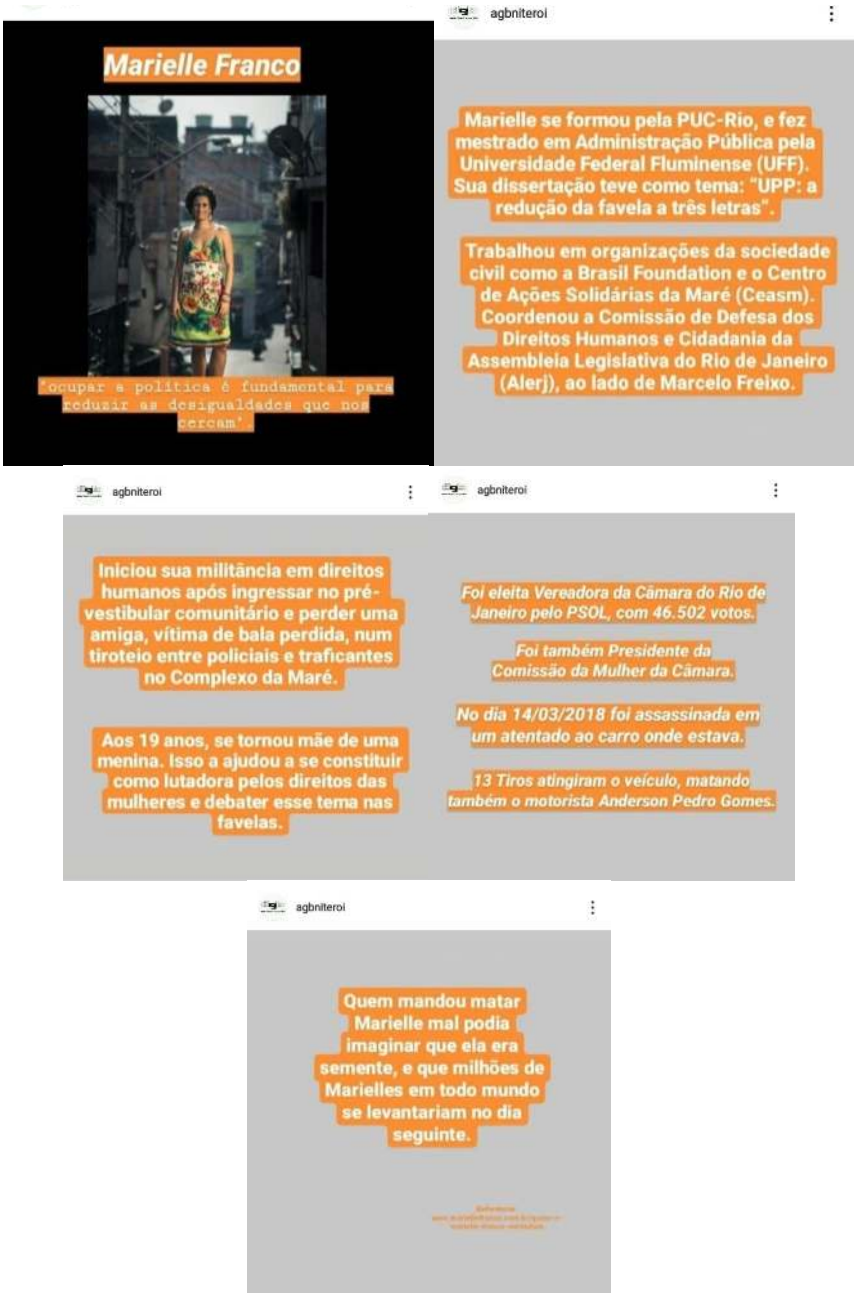
Figura 3 – Tia Ciata. Conteúdo postado em 16 de julho de 2020



Fonte: @agbniteroi,2020.

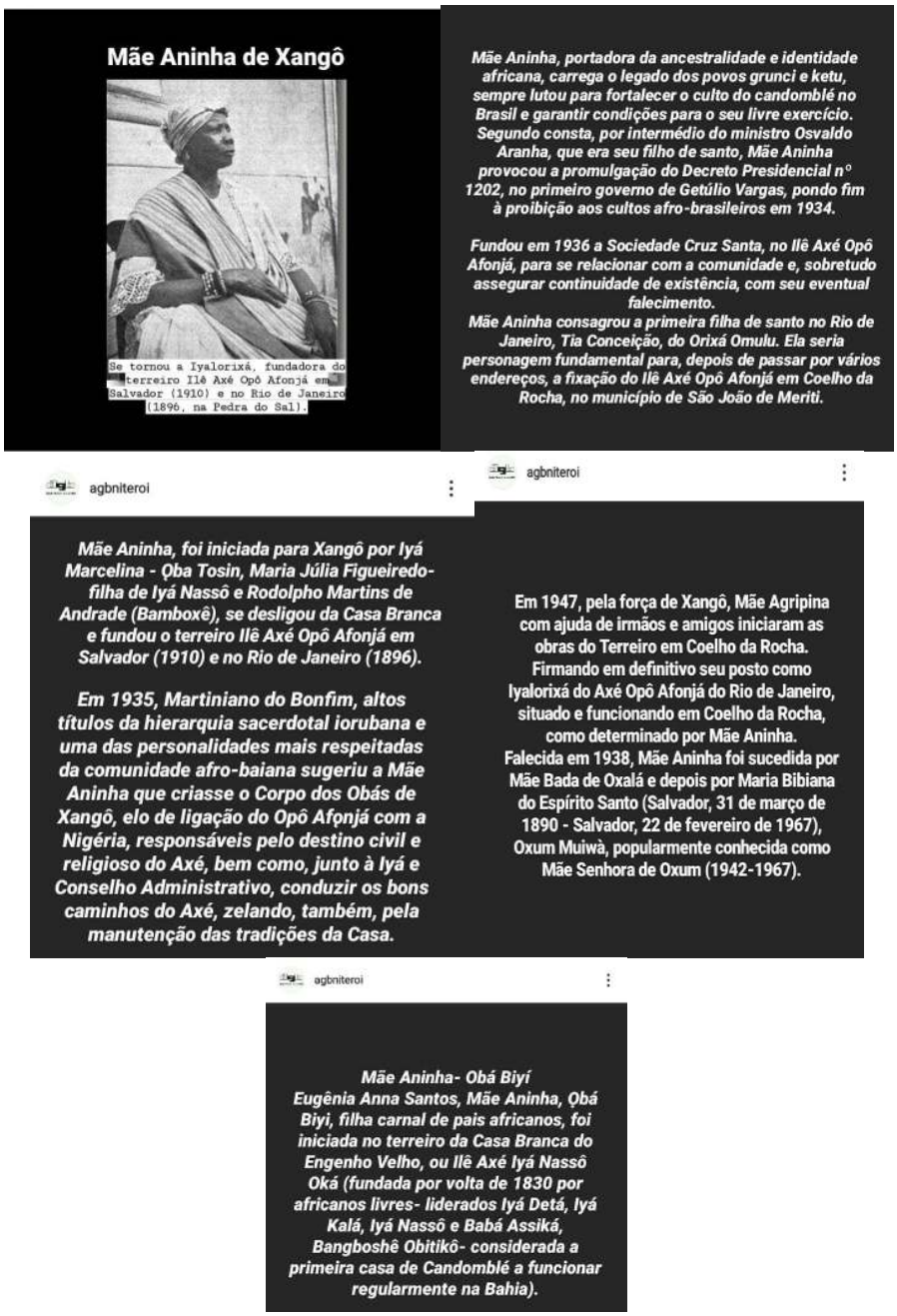
Figura 4 – Marielle Franco. Conteúdo postado em 14 de julho de 2020

]



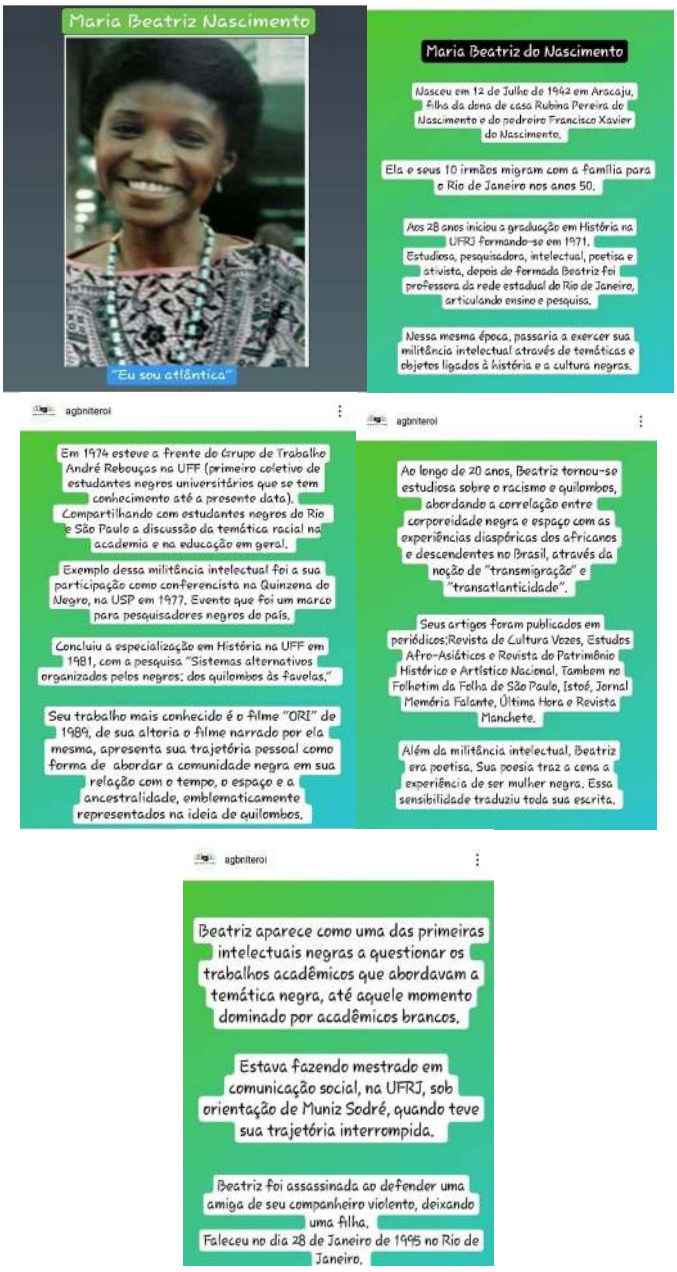
Fonte: @agbniteroi, 2020.

Figura 5 – Mãe Aninha de Xangô. Conteúdo postado em 13 de julho de 2020



Fonte: @agbniteroi, 2020.

Figura 6 – Maria Beatriz Nascimento. Conteúdo postado em 12 de julho de 2020



Fonte: @agbniteroi, 2020.

Figura 7 – Aqualtune. Conteúdo postado em 1º de julho de 2020



Fonte: @agbniteroi, 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao utilizarmos um canal virtual para divulgação, nos preocupamos do mesmo modo, com o alcance das publicações, as visualizações e curtidas, diante do contexto de distanciamento social, essas observações são elementos importantes principalmente para divulgação de conteúdo.

A página da AGB – Niterói no Instagram tem um total de 1.652 seguidores. No mês de Julho de 2020 contabilizamos um total de 1.633 curtidas nas postagens relacionadas ao conteúdo de mulheres negras. Como a conta tem o seu perfil pessoal, mesmo sendo para uma associação, o total de alcance por postagem só pode ser feito em conta comercial, desta maneira, não conseguimos o total de visualização e compartilhamento dessas postagens. Mas nos atentamos que além de postado na página da rede Instagram, os conteúdos também eram enviados por links dos demais membros que compõem o GT, através da rede do *WhatsApp*, em grupos de geografia e nas redes pessoais.

Salientamos, então, que as postagens possam ter atingido mais de 2.000 (duas mil) visualizações, observando o quanto os compartilhamentos se dão em questão de segundos para diversas redes virtuais distintas. A postagem do dia 25 de julho de 2020, foi sobre a profa. Dra. Cátia Antônia, alcançou 194 curtidas no Instagram, foi o maior número.

No dia 24 de julho, foi realizada uma *live* através da rede Instagram com o tema "Mulheres Negras Transgredindo Espaços" com a mediação da historiadora e membro

do GT Acácia Pereira, com a convidada a professora de Geografia e mestranda Ana Carolina Carvalho integrante do Coletivo Cláudia Silva.

Esta *live* teve por finalidade debater sobre as mulheres negras o acesso e a permanecia nos espaços acadêmicos, o racismo cotidiano sofrido nesses espaços e, como criar redes de fortalecimentos afetivos e intelectuais para o desenvolvimento feminino tanto na universidade quanto fora dela. Todos os conteúdos postados tiveram, como base fontes bibliográficas oficiais e oficiosas, como o site da Cor da Cultura, o Portal Geledés, livros de integrantes do grupo de trabalho e artigos de autores comprometidos com a temática.

Vale ressaltar, que a relevância desta proposta, por meio das imagens de personalidades femininas negras, históricas no tempo-espaço de nosso país que foram apresentadas ao longo deste mês de julho de 2020 no Instagram do perfil AGB-Niterói, proporcionam de certo modo, um material qualificado e novas reflexões sobre o tema, que sejam capazes de subsidiar outros(as) geógrafos(as), professores(as), pesquisadores(as) de uma geografia comprometida com a luta antirracista, contra o machismo e o patriarcado, instituído nesta sociedade moderna em colonialidade por meio de outras epistemologias e narrativas.

Assim, a geografia antirracista que evocamos por meio destes resultados, se dá na dimensão espacial das discussões das relações étnicos raciais e de gênero, a partir dos basilares conceitos geográficos como *espaço, paisagem, território, e lugar*, que atuam como mediadores do pensamento geográfico, sobretudo, na educação básica, tanto no ensino fundamental como no ensino médio, atravessando para o mundo acadêmico e para formação de professores(as) de nossa disciplina.

Tal trabalho, nos provoca outros raciocínios geográficos, com possibilidades de sua aplicabilidade no campo da educação e no dia a dia, como forma de um novo pensamento, memória, resgate e valorização da nossa ancestralidade e resistência das personalidades das mulheres negras históricas e contemporâneas.

Como nos elucida Santos (2011), que “a complexidade de sentidos da pauta construída nos processos de disputa pela Educação enquanto instrumento da luta antirracismo” nos permite lutar pela igualdade racial e de gênero, onde encontramos lacunas esvaziadas e eurocêntricas para a promoção da educação antirracista e da obrigatoriedade da Lei nº10.639/2003, colocando as lutas de movimentos sociais, como o Movimento Negro, e do de Mulheres Negras que não se refutaram no debate da promoção social, educacional e de justiça para a população negra em nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos com este trabalho, trazer a visibilidade a importância da presença e memória de mulheres negras, que há muito tempo, vêm se articulando de diferentes formas para resistir e sobreviver ás opressões, e na persistência de traçar trajetórias possíveis para uma nova geração de mulheres que, devido à crescente presença feminina negra nas universidades, diferentes instituições oficiais e demais grupos e instituições sociais,

vêm fazendo um belíssimo trabalho de valorização e respeito, que promovem a vida da juventude negra feminina, mesmo diante de tantas adversidades.

Apresentamos aqui, uma parcela de mulheres que fizeram e até hoje, fazem a diferença na história, no tempo e no espaço do nosso país. Entretanto, poderíamos elencar também que, nossas mães, avós, tias e madrinhas são tão heroínas quanto às citadas, e que fazem de nós, mulheres pretas inseridas no mundo acadêmico, fortes e resilientes, para que de certo modo, possamos fazer novas geografias.

REFERÊNCIAS

ARRAES, J. **Heroínas Negras em 15 cordéis**. São Paulo/SP: Ed. Pólen, 2017.

Bairros, L. Nossos feminismos revisitados. **Revista estudos feministas,** v.3, n.02, p.458-463, 1995.

Carneiro, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, *[S. l.]*, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

Carneiro, S. **Enegrecer o Feminismo**: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. [*S. l.*]: GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA, 6 mar. 2011. Disponível em: https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/. Acesso em: 26 jun. 2023.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

Gomes, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In:* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03.Brasília/DF: MEC/BID/UNESCO, 2005. (Coleção Educação para todos).

GIORDANI, A; ALVES, B. (org.). **Geografias negras e estratégias pedagógicas.** São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2022.

Guimarães, G. F. Geo-grafias Negras & Geografias Negras. Goiânia-GO. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN),** *[S. l.]*, v. 12, n. Ed. Especi, p. 292–311, 2020.

Louro, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 3ª ed. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2013.

Ribeiro, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga e Beijing. **Revista estudos feministas**, v.3, n.02, p.446-457, 1995.

Ribeiro, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte/MG: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais)

Rodrigues, C. S.; PRADO, M. A. M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 445–456, set. 2010.

Santos, R. E. N. dos. **Agendas & agências**: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para negros e carentes. Orientador: Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2006

Santos, R. E. N. dos (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na geografia do Brasil. 2. ed. Belo Horizonte/MG: Gutemberg, 2009. ISBN 9788589239462.

Santos, R. E. N. dos. O ensino de geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da lei 10.639. *In*: Santos, R. E. N. dos (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na geografia do Brasil. 2. ed. Belo Horizonte/MG: Gutemberg, 2009. ISBN 9788589239462.

Santos, R. E. dos. **Rediscutindo o Ensino de Geografia:** Temas da Lei 10.639. 1. ed. Rio de Janeiro/RJ: CEAP 2009.

Santos, R. E. N. A lei 10.639 e o ensino de geografia: construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Revista Tamoios,** *[S.l.],* v. 7, n. 1, p. 04 – 24, set. 2011. ISSN 1980-4490

Silva, A. B. da. **Coisa de Mulher" e "Criola":** Um Estudo sobre Aprendizagens Decoloniais em Ongs de Mulheres Negras. Orientador: Profª. Drª Claudia Miranda. 2018. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2018.

Silva, R. C. da; ABRANCHES JUNIOR, N. A naturalização do racismo e a espacialidade dos corpos pretos no Brasil. **Revista Coletiva Fundaj,** Recife/PE, p. 1 – 12, 15 dez. 2020.

Silva, R.C. da; Silva, A, B. Percepção das experiências de espaço e a Lei 10.639/03: Contribuição para atividade na geografia escolar. *In:* GIORDANI, A; ALVES, B. (org.). **Geografias negras e estratégias pedagógicas.** São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2022.

Viana, E. do E. S. Lélia Gonzalez e outras mulheres: Pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN),** *[S. l.]*, v. 1. n. 1 – mar-jun de 2010.

SOBRE AS AUTORAS

MONIQUE BARROZO – Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (PPGEO-UFF), na linha de pesquisa Ordenamento Territorial Urbano Regional no eixo Organização Territorial do Espaço Brasileiro. Graduada no curso de Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores, na categoria de Licenciatura Plena, lotado no Departamento de Geografia (DGEO-FFP). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa GERASOES – Geografias, Educação e Experiência na linha de pesquisa Cidade, Escola: linguagens, representações e experiências (UFF). Pós-Graduada em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro (IFRJ– Campus São Gonçalo). Pós-Graduada em Cidades, Políticas Urbanas e Movimentos Sociais, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional do Estado do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ. Possui experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando nos temas de Ensino de Geografia; Geografia e Gênero; Geografia e Relações Étnico-Raciais; Geografia e Memória; Geografia e Literatura Afro-brasileira; Urbanização Brasileira; Urbanização e Relações Étnico-Raciais. Associada à Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) Seção Local Niterói, no qual é membra do Grupo de Trabalho de Relações Raciais e Interseccionalidades. Professora do ensino básico na rede privada no município de Niterói.

E-mail: moniquegeobonifacio@gmail.com

RACHEL CABRAL DA SILVA – Bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro– UFRJ, Licenciada em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro– UERJ, Bacharel em Geografia pelo Instituto de Geografia– IGEO da Universidade do Estado do Rio de Janeiro– UERJ, Mestra em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria– UFSM e Doutoranda em Geografia pelo PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência nas áreas de Geografia e Sociologia, com ênfase em Geografia e Sociologia Urbanas, atuando principalmente nos seguintes temas: Movimentos Sociais ligados à questão étnico-racial, Territorialidades Negras, Grupos Subalternos, Geografia do Cotidiano, Geografias Negras, Geografia da Religião através das práticas espaciais de racismo religioso no espaço urbano.

E-mail: silvarachelcabral@gmail.com

ANA BEATRIZ DA SILVA – Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (PosGeo/UFF) na linha de pesquisa de Ordenamento Territorial Urbano-Regional do eixo Território, Política e Movimentos Sociais. Mestra em

Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; Especialista em Gênero e Sexualidade em Práticas Pedagógicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/CLAM/IMS). Geógrafa, Bacharela e Licenciada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. É professora de Geografia e Diretora de Projetos e de Campo do Instituto Casa das Pretas/RJ. Pesquisadora associada a UNIPERIFERIAS. É Parecerista da Revista Ensaios da Geografia na UFF. Faz parte do Grupo de Pesquisa NETAJ(UFF), do GT Relações Raciais e Interseccionalidades – Associação de Geógrafos Brasileiros -Seção Niterói. É filiada a American Association Geographers (AAG) e a Rede Carioca de Etnoeducadoras Negras do Rio de Janeiro. Tem vasta experiência na área das Geografias Negras, Descolonial e críticas; Projetos educacionais, sociais, culturais e acadêmicos atuando principalmente nos seguintes temas: Geografias Negras, Raça, Gênero, Sexualidade, interseccionalidade, Movimento Negro, Movimento de Mulheres Negras, Ações afirmativas, Feminismos Negros e Espaços populares. Teorias pós-críticas de currículo na educação brasileira.

E-mail: an_silva@id.uff.br